



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI 2.936/2010

Altera o art. 5º da Lei nº 3.363/09, que Dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas, COMAD.

Exposição de Motivos

Senhores Vereadores e Vereadora,

A alteração proposta na Lei nº 3.363/09 tem a finalidade do Conselho ter representação paritária: 50% dos representantes de órgãos Públicos e 50% de representantes de entidades civis. Foi incluída a participação da Defensoria Pública, que, acreditamos, irá enriquecer o Conselho.

Aguardando a aprovação do projeto em epígrafe, despedimo-nos.

Ponte Nova, 28 de abril de 2010.

João Antônio Vidal de Carvalho
Prefeito Municipal

Wanderlei Ribeiro Ferreira
Secretário Municipal de Governo

Valéria Cristina Alvarenga dos Santos
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI 2.936/2010

Altera o art. 5º da Lei nº 3.363/09, que dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas, COMAD.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 5º da Lei nº 3.363, de 01.11.2009, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 5º O COMAD será composto pelos seguintes membros:

I – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo um da área médica e outro da área de atendimento psicossocial (Caps);

II - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, sendo um da área administrativa e outro do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Fazenda;

V – 01 (um) representante da Delegacia Regional de Segurança Pública;

VI – 01 (um) representante do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Ponte Nova;

VII – 01 (um) representante do Ministério Público de Minas Gerais, Ponte Nova;

VIII – 1 (um) representante da Defensoria Pública;

IX - 01 (um) representante da 21ª Cia Independente da Polícia Militar;

X - 01 (um) representante do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI – 01(um) advogado indicado pela 7ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Ponte Nova;



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

Estado de Minas Gerais

XII – 02 (dois) representantes indicados pelas entidades que prestam assistência e apoio aos usuários de drogas e entorpecentes no Município;

XIII – 01 (um) representante indicado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Integração Social (CONSEPIS);

XIV – 03 (três) representantes de Associações de Bairros, que estejam com suas obrigações estatutárias legalizadas;

XV – 01 (um) representante da Associação Comercial;

XVI – 02 (dois) representantes de Entidades religiosas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova, de de 2010.

João Antônio Vidal de Carvalho
Prefeito Municipal

Wanderlei Ribeiro Ferreira
Secretário Municipal de Governo

Valéria Cristina Alvarenga dos Santos
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

MESA DIRETORA:

José Mauro Raimundi – Presidente

Nilton Luís de Paula – Vice-Presidente

José Rubens Tavares - Secretário